
A DINÂMICA DA AGRICULTURA NO SUL DO BRASIL

realidade e perspectivas

IVALDO GEHLEN

Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UFRGS

JOSÉ LUIZ BICA DE MÉLO

Sociólogo, Doutorando em Sociologia pela UFRGS

Este artigo constitui-se numa reflexão socioeconômica sobre a agricultura nos anos 90, no Sul do Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, privilegiando-se os aspectos ligados à agricultura familiar. Esta forma social tem estado no centro do debate pelo seu dinamismo e seu forte potencial de dar respostas e adaptar-se aos novos desafios das transformações do setor e da sociedade global. Seu dinamismo expressa-se também pelas iniciativas nas lutas sociais e pela pressão na disputa por políticas agrícolas e sociais para atender suas necessidades e como reação ao empobrecimento de parcela significativa de seus membros e à ameaça à sua continuidade.

Considerando-se o rural complexo e dinâmico, duas questões relativas aos impasses e desafios da agropecuária dessa região direcionam nossa análise. Estariam as transformações recentes gerando conteúdos novos (econômicos, políticos e sociais) ou apenas expressando um *continuum* da “modernização agrícola”, definida pela mecanização e pela racionalidade capitalista – que privilegia a empresa rural lucrativa, mas reproduz relações sociais relativamente estáveis? Tais transformações revelariam um processo de emergência de novas forças e formas de produção, de organização da produção e dos produtores, de estratégias sistêmicas agroindustriais que estaria possibilitando novas formas do social e da política?

Na primeira parte do artigo, busca-se mostrar as especificidades da formação social rural da região e sua expressão agrícola, seus aspectos estruturais fundiários e de produção, ao mesmo tempo destacando aspectos históricos desta formação nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Na segunda parte, são analisadas as principais transformações e tendências recentes

na agricultura em relação a produtos, à esfera dos grupos sociais e às “novas” concepções de desenvolvimento, alternativas ao padrão agrícola hegemônico. Na terceira parte, pretende-se analisar, ainda que brevemente, as lutas sociais rurais da região: por acesso à terra como meio de trabalho e de reprodução social; por condições e valorização do trabalho; por políticas de preços, investimentos e financiamento agrícola; por mudanças na esfera da cultura política e da concepção de cidadania dos agricultores, particularmente os familiares.

ESTRUTURA AGRÁRIA E MUDANÇAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

A formação social e econômica do Sul do Brasil apresenta algumas particularidades quanto ao processo e aos resultados, que se pretende resgatar aqui, ainda que de forma sucinta, mormente aqueles relativos ao meio rural. A pressuposta presença de indígenas em toda a região, especialmente guaranis e kaingang – muitos dos quais ainda sobrevivem confinados em reservas – foi um fator que influenciou na sua formação social e na estrutura agrária, de forma diferenciada de acordo com a localidade.

No Paraná, a ocupação se deu por três frentes: leste-oeste, atingindo a costa, o planalto curitibano e os campos de Palmas e Guarapuava; norte-sul pela via do café; e sul-norte, a via colonial familiar, atingindo o oeste cerealeiro e o sudoeste diversificado e minifundiário. O sudoeste, último reduto de “sertão de mato” e também de caboclos expulsos dos outros dois estados do Sul, foi palco de lutas pela terra nas suas diversas formas: ocupação por empresas colonizadoras, resultando no Levante de 57,¹ banditismo social, disputas entre colonos, caboclos, indí-

genas, madeireiros e fazendeiros e, mais recentemente, as inúmeras ocupações de terra pelos sem-terra (cujos protagonistas são filhos de colonos descendentes de imigrantes europeus aliados aos de “origem nacional” ou caboclos) organizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Este processo dinâmico e complexo de ocupação e formação do rural paranaense engendrou vários Paranás agrícolas e diversidades socioculturais locais e regionais. A diferenciação mais marcante é a dualidade: pecuarista extensiva nas áreas de campos naturais e agrícola intensiva e de subsistência nas “terras de mata”.

Em Santa Catarina, foram três as correntes de ocupação: uma costeira sul a partir de Florianópolis, por açorianos de economia familiar; outra costeira norte em direção ao oeste, por imigrantes europeus, na segunda metade do século XIX e início do atual, que deu origem à agricultura familiar e à indústria artesanal-familiar no início, que acabou evoluindo, em muitos casos, para a empresa capitalista; e a terceira, iniciada no final do século passado e mais forte a partir de 1930, atingiu o oeste do estado, empreendida por caboclos expulsos do Rio Grande do Sul e mesmo de regiões inteiras do estado e “colonos” de primeira e segunda gerações de imigrantes, artesãos e comerciantes integrados àquele modelo, quase todos originários das colônias velhas (formadas no século passado) daquele estado. Implantou-se aí uma sociedade agroindustrial fortemente enraizada na agricultura familiar, mas isto não ocorreu sem conflitos. Basta relembra o Contestado (1912 a 1916), o Incêndio de Chapecó (1943), o banditismo social e, recentemente, as ocupações promovidas pelos sem-terra. Para exemplificar um resultado positivo desse processo colonizador do oeste catarinense, é suficiente lembrar que aí nasceram e estão sediadas quatro das agroindústrias alimentares de maior expressão nacional: Sadia, Perdigão, Ceval e Chapecó.

No Rio Grande do Sul, quatro correntes definiram a ocupação territorial e social, sendo uma interna e três externas. A primeira, mais antiga, formou-se no próprio território, constituindo o que ficou conhecido como Missões ou missioneira, e teve seu ápice no século XVIII. Tem marcas das culturas indígena e européia, esta última através dos jesuítas. Este “casamento” propiciou experiências inovadoras e originais para a época, como a formação de mão-de-obra que depois foi transferida também para outras regiões, produzindo referências culturais que as mantêm viva ao longo do tempo, sendo ainda hoje paradigmáticas.

A segunda atingiu a campanha ou pampa, no sudoeste, correspondendo a quase metade do território do estado. Era parte do projeto oficial de consolidar fronteiras, sendo composta por senhores burocratas, militares de patentes, alguns “empresários” aventureiros, aven-

tureiros diversos (caçadores de fortunas e de mão-de-obra), “exilados” castelhanos, brasileiros e portugueses, fugidos de perseguições, degredados, prisioneiros, soldados e escravos. No convívio forçado com os aborígenes, os subalternos geraram o tipo social “caboclo”, que originalmente dedicou-se às culturas de subsistência nas fazendas dos pampas e, posteriormente, no final do século XIX, foi expulso, com o abandono deste tipo de atividade em razão do abastecimento vindo das colônias dos imigrantes e com a “revolução” no sistema pecuário através da medicina veterinária, de novas raças e do uso da cerca de arame nas fazendas.² Adentrou as matas, deparando-se, não sem conflitos, com indígenas e intrusos ocupantes das “terras devolutas”. Aí recriaram sua forma de vida sincrética (cultura senhorial latifundiária com comunitária indígena) numa forma original de “sistemas de faxinais”,³ integrando extrativismo, pecuária e agricultura, esta combinada com a técnica do pousio. Tal sistema, assim como a permanência em terras devolutas, gozava da proteção imperial, o que explica, ao menos em parte, a reação negativa destas populações em face da República, que impunha a propriedade da terra e seu uso comercial.

A terceira corrente, composta por açorianos, atingiu entre 1748 e 1772 o litoral e parte das terras já povoadas, próximas a Porto Alegre e, em direção ao centro do Estado, a Rio Pardo. Os açorianos foram assentados no âmbito de um projeto oficial de produção de alimentos no Brasil, que tinha como base o modelo agrícola familiar, conhecido no norte de Portugal. Tal modelo seria complementar ao colonial exportador, então baseado nas minas, na cana e, posteriormente, no café. As terras ocupadas não eram adequadas à tecnologia da época e os açorianos não tinham familiaridade com a produção que lhes foi exigida, resultando insatisfatória a experiência do ponto de vista agrícola (embora bem-sucedida em outros aspectos, como artesanatos e criação de núcleos urbanos).

Esse resultado levou o governo imperial a procurar uma alternativa, encontrando-a na mão-de-obra excluída pela seleção da força de trabalho resultante da industrialização em alguns países da Europa. Iniciou-se, assim, logo após a Independência, o quarto fluxo ocupatório, composto por imigrantes de economia familiar daqueles países. O objetivo continuava sendo implantar uma economia (rural, industrial e comercial) de tipo familiar (o que, desta vez, foi bem-sucedido), que contrabalançasse e complementasse o modelo tradicional de origem sesmarial. Os colonos imigrantes⁴ passaram a abastecer este mercado com alimentos in natura e industrializados artesanalmente, como bebidas (vinho, leite), erva-mate, utensílios, ferramentas e carroças. Quase todo o território de

mata, grosso modo 50% do Rio Grande do Sul, foi ocupado por este modelo social de organização da vida e de produção.

Esse processo cristalizou uma distribuição de tipo dual (campanha e colonial familiar) no desenvolvimento agropecuário no Rio Grande do Sul e em parte do Paraná. No Paraná, corresponde às microrregiões de Palmas e de Guarapuava e, no Rio Grande do Sul, à região (o pampa) onde predominam grandes propriedades monocultoras com forte predomínio da pecuária extensiva, marcadas pela concepção latifundiária, ideologicamente excludente (por exemplo, defendendo a idéia de que somente esta produção é viável naquelas terras, falsidade já desmontada pelos empreendimentos capitalistas de vinho, arroz e pelos inúmeros assentamentos de reforma agrária que estão demonstrando a viabilidade do modelo social familiar de agricultura, diversificado com produção comercial inclusive de carnes e leite). Hoje, portanto, este dualismo vem sendo superado e a região de campanha está sendo reduzida no sentido da estrutura tradicional.

A Tabela 1 mostra com clareza o crescimento da economia “colonial” de tipo familiar. A produção de charque praticamente desapareceu, posteriormente, e a de couro perdeu importância relativa, especialmente para exportação, enquanto a de lã (outra especialidade da região) foi importante até a década de 60, tendo atualmente fraca perspectiva de revalorização no mercado (Tabela 2). A carne bovina também perdeu aceitação no mercado internacional por sua baixa qualidade em relação à concorrência argentina e uruguaia, mas continua sendo o produto mais importante da região. Seu auge foi no final do século passado e início do atual, quando passou pelas profundas transformações já mencionadas, estagnando-se a seguir. Apesar de ser um segmento protegido por políticas de subsídios e de incentivos, respondeu pouco positivamente no sentido de melhorar a produtividade e a qualidade. Outras regiões do país se especializaram no produto e a região colonial dos três estados sulinos crescentemente contribuiu para o abastecimento, tendo passado, inclusive, de região importadora de carne da campanha a exportadora do produto. Tal mudança ocorreu pela incorporação de tecnologias e raças adequadas às propriedades familiares, consorciadas com a produção de leite, e pela consolidação dos produtores tipo “granjeiros”, que combinam este produto com cereais.

Na segunda metade deste século, partes da campanha se especializaram em arroz irrigado. Dados atuais (FEE, 1997) indicam uma produção de cerca de 5 milhões de toneladas/ano, que representam 40% do total nacional, utilizando tecnologia moderna e atingindo a excelente produtividade de 5 mil kg/ha (a média nacional é 3 mil kg/ha). Mais recentemente, outras culturas, especialmente de

TABELA 1
Evolução da Economia Pastoril e Colonial nas Exportações
Rio Grande do Sul – 1861-1927

Anos	Em porcentagem	
	Pastoril(1)	Colonial(2)
1861	74,9	5,4
1890	54,7	29,2
1923	33,5	31,9
1927	24,5	43,9

Fonte: Fonseca, 1983, apud Costa, 1988.

(1) Charques e couros. (2) Arroz, banha, farinha de mandioca, feijão, fumo e vinho.

TABELA 2
Taxas Médias de Crescimento do Abate em Segmentos Selecionados da
Pecuária e da Produção de Leite
Rio Grande do Sul – 1980-1995

Subperíodos	Em porcentagem a.a.				
	Bovinos	Aves	Suínos	Ovinos	Leite
1980-95	0,26	8,34	0,38	-3,62	3,39
1980-85	5,55	4,50	-11,54	-5,01	-1,80
1985-90	-4,59	10,50	4,01	-13,32	5,16
1990-95	0,08	10,14	9,94	8,72	7,02

Fonte: FEE, 1997.

soja, trigo, uvas varietais e leite estão adentrando espaços das pastagens nativas.

Na metade norte e noroeste⁵ do Rio Grande do Sul, no norte, oeste e sudoeste do Paraná e em quase todo o Estado de Santa Catarina, consolidaram a economia agropecuária de tipo familiar e, mais recentemente, as empresas agropecuárias modernas, conhecidas como granjas, originando o tipo social granjeiro. O granjeiro se insere no contexto do empresário capitalista por sua racionalidade no manejo do sistema produtivo e pela adoção de novas tecnologias visando eficiência produtiva. Aproxima-se do familiar moderno, de onde grande parte deles se originam, na gestão da propriedade e na sua vinculação profissional com a mesma, ao se dedicarem com prioridade à agropecuária, controlando as tecnologias atuais, que conhecem e manejam, e gerenciam todo o trabalho, bem como as relações da unidade produtiva com o exterior. Nisto diferenciam-se do comportamento e da mentalidade burguesa tradicional. Suas alianças (via cooperativas, lutas sociais sobre valorização do trabalho e de conquista de qualidade de vida e de cidadania) são frequentemente articuladas com os familiares modernos.

O sistema de agricultura familiar na região se caracteriza pela agropecuária diversificada: frutas, hortigranjeiros, cereais (milho, soja, feijão, trigo), extrativismo (erva-

mate, madeira), suinocultura e avicultura (Tabelas 2 e 4), pecuária de leite (no Rio Grande do Sul, que produz cerca de 10% do leite do Brasil, mais de 90% dos produtores são de tipo familiar) e gado de corte, que se expande como alternativa para os agricultores. Concomitantemente, desenvolveram-se a metalurgia (implementos, ferramentas, utensílios e máquinas agrícolas, como tratores e colheitadeiras) e a agroindústria colonial ou artesanal e, nas últimas décadas, a empresarial, constituindo-se, cada vez mais, em cadeias agroindustriais. Entre aquelas que melhor se consolidaram situam-se as de suínos, trigo, soja, aves, fumo, frutas (vinho), arroz e leite.

Tais processos de ocupação, por vias e por grupos sociais diferenciados, geraram uma grade socioeconômica polimorfa e diversificada nas atividades rurais destes estados. A forte presença da agricultura familiar, integrada ao modelo de desenvolvimento dominante, mas resguardando suas especificidades e diferenciações internas – que vão do “empresário familiar”⁶ ao “produtor de subsistência” –, se reproduz e se afirma econômica, social e politicamente. A agropecuária diversificada e integrada com agroindústrias constitui ainda hoje o principal mote econômico da região.

“A produção agrícola é transformada por uma indústria agroalimentar importante, dinâmica, inovadora, tecnologicamente sofisticada e que criou muitos empregos assalariados. Mas no que concerne à produção agrícola propriamente dita, ela permanece uma realidade pelo fato dos agricultores trabalharem por conta própria com sua família” (Jean, 1994, p.53).

Esta base familiar e diversificada é, em grande parte, responsável por uma melhor distribuição de renda e da qualidade de vida em relação a outras regiões do país, segundo o IBGE. Paralelamente às melhorias das condições atuais da agricultura familiar, há que se pensar em rumos qualitativamente diferenciados. A venda esporádica de excedentes dos produtos de subsistência não é suficiente para uma segurança de renda.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar ocupa, no Brasil, 80% dos que trabalham na agropecuária, o que significa cerca de 18% da PEA do país. O Censo Agropecuário de 1985 indicou que nos estabelecimentos rurais com área inferior a 50 hectares da região Sul produziam-se 71,2% do algodão, 60,9% do arroz, 51,5% da batata inglesa, 78,7% do feijão, 60% do milho, 89,7% da uva, 90,7% do fumo, 83,7% de suínos e 82,7% do leite. Essa forma de agricultura ocupava então cerca de 80% do pessoal residente na área rural da região.

Esse agricultor familiar sulino apresenta algumas características particulares, trazidas da matriz européia (caso do colono) ou reelaboradas (caso do caboclo). Destacam-se, aqui, a sua concepção e relação com a terra e mais abaixo a significação do trabalho. A terra constitui, na sua ótica, um espaço/lugar de trabalho necessário para a produção e a reprodução familiar e da vida (em sentido amplo: biológico, social, religioso, político). A terra, sendo a parte central do patrimônio familiar, é condição de afirmação da identidade e de realização da cidadania. Os dois tipos ideais mencionados têm relações distintas com a terra. Um tipo se orienta pela lógica do mercado, aproximando-se do empresário, no sul denominado colono, e identificado ideologicamente como “produtor moderno”. Jean o descreve como: “... um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. O agricultor também aparece como um homem de negócios, como um empresário privado; possui seus meios de produção, isto é, as terras, as máquinas, as benfeitorias, os animais, etc. (...) De fato, aí está um empresário que continua produzindo mesmo não tirando vantagem, pior ainda, que aumenta o volume de sua produção quando os preços baixam (...), ou ainda, que continua exercendo sua atividade apesar de deficitária no plano contábil. Finalmente, o agricultor moderno é também, e talvez antes de qualquer coisa, um trabalhador; e um dos últimos trabalhadores autônomos dirão com nostalgia certos socialistas utopistas e autogestionários” (Jean, 1994:53).

Outro tipo que se orienta pela lógica da subsistência familiar é o caboclo (semelhante ao camponês tradicional). Este concebe a terra como fonte geradora da vida, no sentido da cosmologia indígena em que a posse da terra é sempre “provisória”, dependendo das necessidades imediatas, e é patrimônio da família “ampliada”, a rede (incluindo o compadrio). Não realiza através da terra a acumulação suficiente para ampliar ou comprar, pois para isto teria de explorá-la segundo a lógica do mercado, que ele “desconhece”. Além disto, não possui os meios tecnológicos e financeiros, nem o saber técnico para, num curto prazo, criar uma nova identidade.

Em contraposição, encontra-se o senhorio para quem a terra constitui um dos poucos bens que concede status e que dá garantia diante de bancos e empresas de negócios. Para os senhores de terra, a acumulação de posses fundiárias não visa a produção, mas a reserva especulativa, a afirmação de poder. A terra como fonte de poder, e não como fonte de produção de riquezas (segundo a concepção burguesa) ou de trabalho e vida, é o que os define enquanto classe. O Estado brasileiro tem assumido historicamente posição dúbia a este respeito. Quando os colonos ou caboclos ou trabalhadores rurais desempenham a

função de desbravar e liberar terras novas ou de produtores complementares, não concorrendo com produtos valorizados no mercado, e quando constituem reserva de força de trabalho (caso de áreas de fronteiras de expansão), é geralmente estimulado e protegido oficialmente e, ainda que insatisfatoriamente, é contemplado pela política agrícola. Mas ao reivindicar acesso à terra, melhores preços, acesso ao crédito, assistência social e sanitária é “esquecido” pelo Estado que, apoiado em profetas que prevêm seu fim histórico ou em falsas concepções sobre sua incapacidade competitiva, o desqualifica, quando não apela para a repressão, forçando sua exclusão ou marginalização.

Na última década, houve um início de mudança no comportamento do Estado em relação a este tipo social de atividade e de vida. Pela primeira vez, programas federais e estaduais direcionam-se claramente para a agricultura familiar, reconhecendo parcialmente sua importância social e econômica. Esta mudança ocorre pela pressão dos agricultores e seus aliados e também por uma releitura oficial do desenvolvimento rural. É verdade que os agricultores familiares tendem a sentir mais agudamente as transformações por que passa a sociedade e, particularmente, o meio rural. Tais mudanças afetam, principalmente, suas identidades profissional e sociocultural. Mesmo resguardando a condição de produtor rural familiar, as mudanças que alteram suas relações com a terra, com o trabalho e com a sociedade afetam as identidades e, principalmente, as mudanças políticas interferem em sua cidadania. Sua conversão em produtor moderno estabelece “não somente outras relações com o trabalho, com a família, com a produção, com o mercado, mas também outras relações com a terra, com o espaço e com o tempo. De fato, ele forjou uma outra concepção dele mesmo e de sua profissão” (Lamarche, 1994 :4).

A reprodução do agricultor familiar, tanto o colono quanto o caboclo, apresenta crescente dependência do “mercado” (venda, compra de produtos, serviços, dinheiro, entre outros), devido a cinco fatores principais: queda do valor dos produtos (segundo a Fipe, os preços do algodão, feijão, milho, arroz e soja – todos de importância na região Sul – caíram 26,2 % somente na safra 94/95), aumento do custos de produção (no mesmo período, subiram em média 20%), crescente dependência do dinheiro para atender necessidades da reprodução familiar e social (energia, saúde, conforto, transporte), diminuição da fertilidade natural do solo e, por último, a perda de saberes que garantiam sustentabilidade ao sistema tradicional, gerando dependências e rupturas.

Alguns dados e situações permitem que se tenha uma idéia das mudanças da agropecuária do Sul e de seu dinamismo recente. Não se trata apenas da agricultura fami-

liar, que será realçada quando for significativo. O setor apresenta crescimento positivo nesta década, porém, com índices diferenciados e, no caso de alguns produtos, o crescimento é negativo. No Rio Grande do Sul o aumento foi 3,24% ao ano entre 1990 e 1995, inferior à média nacional (4,18%) para o setor, mas superior ao da indústria⁷ no Estado (2,79% ao ano). Os produtos que mais cresceram foram aqueles vinculados às cadeias: leite, fumo, aves e frutas, especialmente maçã, laranja e uva. Os que diminuíram foram ovinocultura, bovinocultura, trigo, cebola, batata, entre outros de menor expressão. A análise do período mostra maior diversificação de produtos com importância no mercado e mudanças nos grupos sociais envolvidos, com maior afirmação daqueles vinculados às cadeias agroindustriais.

TABELA 3

Estrutura do PIB, a Preços Correntes, por Setores de Atividade
Rio Grande do Sul e do Brasil – 1980-1995

Anos	Em porcentagem					
	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	Rio Grande do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Brasil
1980	15,08	10,1	34,69	40,9	50,24	48,9
1985	15,23	11,1	35,66	42,3	49,10	46,6
1990	10,78	10,1	35,45	36,9	53,77	52,9
1994	10,43	13,1	37,45	34,2	52,11	52,7
1995(1)	10,57	-	35,14	-	54,29	-

Fonte: FEE, 1997.

(1) Estimativa preliminar.

Mesmo apresentando este dinamismo, o setor produtivo agropecuário amargou a descapitalização de alguns segmentos nos anos recentes, especialmente o cerealeiro e o de produção de proteínas animais (gado, ovelha, suínos e aves). Isto decorreu principalmente da conjuntura nacional sob o Plano Real, que transferiu valores para outros setores, através do controle de preços sobre os produtos agropecuários, do câmbio comprimido, da liberação dos preços dos insumos e da fraca disponibilidade de recursos financeiros e a juros altos para os produtores. Os preços mínimos de alguns produtos nas safras 94/95 e 95/96 caíram, isto porque não foram corrigidos pela inflação do período; alguns, inclusive, apresentaram pequena queda em valores absolutos nesta última safra. Muitos produtores, especialmente os familiares, tiveram de vender milho, trigo, feijão, suínos, frango e outros produtos abaixo do preço mínimo. Na safra atual houve aumentos diferenciados, alguns acima da inflação (soja, milho, suíno, frango), mas em outros casos sequer se recuperou a inflação do período. Esta perda de renda trouxe conse-

quências negativas também para a incorporação de tecnologias, inviabilizando ganhos de produtividade e/ou qualidade e, portanto, comprometendo a competitividade dos produtos primários em relação a outras regiões e países.

A dificuldade de barganhar e de competir em mercados abertos sem o apoio de uma política governamental constitui um entrave para alguns segmentos da agropecuária brasileira. O exemplo do leite é paradigmático. A liberalização do mercado do leite e o fim do tabelamento para o produtor e para o consumidor final, a partir de 1991, introduziu modificações que afetam diretamente o produtor (que, no Sul, é de tipo familiar, com uma produção inferior a 50 litros/dia e é diversificado)⁸ e toda a cadeia. Não há uma política de acompanhamento para a transição. O resultado é um processo não monitorado de seleção de produtores e forte concentração do setor industrial. No Rio Grande do Sul, duas empresas são responsáveis pela produção de cerca de 90% do leite industrializado. No Brasil, seis empresas controlam 57% do leite produzido sob fiscalização federal.

Para o agricultor familiar do Sul, o leite é, historicamente, um produto que compõe a produção de subsistência, que se incorpora culturalmente à vida familiar. Dos cerca de 850 mil agricultores familiares que possuem vacas de leite, nos três estados, menos da metade vendem regularmente o produto e, dentre estes, 150 mil o fazem de forma regular e “integrados” às agroindústrias. Este aspecto cultural e de subsistência do leite, ao mesmo tempo em que pode constituir um entrave à “modernização” da cadeia, pode também ser um fator positivo para uma política abrangente de desenvolvimento do setor. Pode representar uma alternativa de resgate e de manutenção daqueles que estão ameaçados de exclusão, classificados como de subsistência. O mercado dito aberto e privado não patrocina este tipo de política, porque não lhe interessa a dimensão social e cultural, a não ser quando esta favorece a acumulação.

No segmento do leite, o produtor – principalmente aquele que se encontra em processo de readaptação ou de transição do tradicional para o moderno – tem maior dificuldade de competir, quer pela produtividade quer pela qualidade, no âmbito de um mercado comprador oligopolizado, com os produtos estrangeiros, no caso o argentino e o uruguaio, colocados em Porto Alegre e Curitiba a preços inferiores aos produzidos na região. Esse produtor corre o risco de ser excluído, agravando a questão social. Por isso, é de interesse público uma política de apoio e monitoramento oficial.

A avicultura apresenta um quadro semelhante para o produtor, porém as condições de competição são diferentes das verificadas no caso do leite. Estima-se em 11 mil

o número de agricultores familiares integrados a esta produção nos três estados do Sul, que são responsáveis por cerca de 50% de toda a produção avícola brasileira (Tabela 4). Aqui também se verifica a oligopolização, mas a cadeia está mais bem estruturada e o desafio que se coloca ao produtor é no sentido de aumentar o plantel individual através da automação dos criatórios, o que exige novos investimentos de capital e a reciclagem da força de trabalho, além de novas rotinas e normas sanitárias.

A maior ameaça ao avicultor não vem do estrangeiro, mas de outras regiões do país, especialmente do Centro-Oeste e Nordeste (Tabela 4). Verifica-se um crescimento do abate e do mercado clandestinos⁹ do produto, que se, por um lado, proporciona alimentação barata, por outro, promove evasão fiscal e concorrência desigual com o mercado formal, submetido a normas e compromissos. Este mercado clandestino é, em parte, alimentado pelos produtores e distribuidores modernos que foram excluídos da cadeia. Tanto no caso da avicultura como no da suinocultura, quase sempre sob o controle das mesmas empresas agroindustriais, os excluídos ou aqueles em risco de exclusão são produtores que já estiveram integrados. Para estes excluídos e para os que permaneceram “fora”, oferecem-se nichos locais e/ou a competição pela diversificação e pela qualidade.

A produção de carne bovina enfrenta uma situação até mais grave no que diz respeito à concorrência com os clandestinos. No Rio Grande do Sul, segundo dados do Serviço de Inspeção Federal, publicados pelo jornal Zero Hora (18/05/97), são abatidas anualmente cerca de 2,2 milhões de cabeças, das quais 600 mil não passam por nenhum tipo de inspeção sanitária nem são submetidas a qualquer

TABELA 4
Plantel e Consumo de Carne de Frangos e de Suínos
Brasil, Regiões e Estados do Sul – 1994

Regiões/ Estados	Frangos		Suínos	
	Plantel (mil cab/ano)	Consumo (Kg/hab/ano)	Plantel (mil cab/ano)	Consumo (Kg/hab/ano)
BRASIL	2.327.320	20,0	34.905	7,8
Norte	39.820	11,0	4.447	5,0
Nordeste	230.500	13,0	9.472	5,0
Centro-Oeste	44.000	13,0	3.340	5,5
Sudeste	828.000	19,0	6.290	8,0
Sul	1.185.000	21,5	11.356	8,5
Paraná	420.000	23,5	3.813	8,5
Santa Catarina	425.000	21,0	3.516	8,5
Rio Grande do Sul	340.000	21,0	4.027	8,0

Fonte: IBGE. Revista Avicultura e Suinocultura Industrial, Anuário 1997.

tributação, enquanto outras 300 mil cumprem apenas parte desses requisitos. Embora, nos últimos cinco anos, 36 frigoríficos legalizados tenham fechado, desempregando 14 mil pessoas, o abate anual de 432 mil reses que era feito por esses frigoríficos foi mantido, mas de forma ilegal. Só em 1996, os negócios clandestinos relacionados à carne bovina movimentaram cerca de R\$ 120 milhões. Neste caso, há uma mudança no perfil do produtor. Os grandes fazendeiros tradicionais é que estão sendo excluídos, como consequência de sua resistência às mudanças culturais e tecnológicas. Granjeiros e produtores tipo familiares aos poucos conquistam espaço na produção bovina, os primeiros como alternativa empresarial e os últimos como forma de diversificação e complemento ao leite ou a outro produto.

O que explica esse crescimento da clandestinidade no setor de carnes? Parte da resposta já foi dada e refere-se à busca de alternativas de produtores e distribuidores aliados ou excluídos das cadeias ou dos mercados organizados e institucionalizados. Outra razão, no caso do Rio Grande do Sul, decorre da ausência de fiscalização nos pontos finais de venda. Até 1995, cabia à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente a fiscalização do varejo de carnes. Mas como esta não dispunha de uma estrutura adequada para cobrir todo o estado, a responsabilidade foi transferida aos municípios. Até o presente, 36% destes (um total de 167) já organizaram esse serviço, e ainda assim de maneira precária, na maior parte dos casos, por falta de recursos financeiros e humanos. A consequência é que tanto a carne produzida sob controle do Serviço de Inspeção Federal -SIF quanto a clandestina deixam de ser fiscalizadas na ponta, ou seja, nos pontos de venda ao consumidor. Esta situação penaliza os produtores de proteína animal, que arrecadam impostos e que investem em melhoria de qualidade.

A agropecuária caracterizada como tradicional (pecuária extensiva e familiar de subsistência) também passa por mudanças importantes, que determinarão novas perspectivas ou sua exclusão definitiva. O êxodo rural (Deser, 1996), apesar de menos intenso, é ainda significativo, principalmente no Paraná, que apresenta o maior índice de êxodo do país. Neste estado, nas duas últimas décadas, cerca de 2.600.000 pessoas saíram de seu local de origem, das quais cerca de 1.400.000 dirigiram-se às cidades e as demais 1.200.000 migraram para outras terras agrícolas. Ao mesmo tempo, constata-se que estão se tornando cada vez mais pobres, alguns chegando ao limite da indigência e da miséria. Segundo o Mapa da Fome (Peliano, 1993), 32 milhões de brasileiros passam fome, o que representa 22% da população total. Na região Sul há 4.082.313 indigentes, dos quais quase 60% residem no meio rural, sendo 59,91% no Paraná, 63,64% em Santa

Catarina e 57,07% no Rio Grande do Sul (Pnad/IBGE, 1990 apud Deser, 1994:24).

No Estado do Paraná, as consequências do processo de modernização da agricultura foi intensivo, gerando riquezas, mas também proporcionando os mais altos índices de concentração da renda agrícola (Veiga, 1985). A pobreza rural é marcante no estado, que se destacou como o quinto do país em número de indigentes na zona rural, acima de 1.000.000 de pessoas, em 1990 (Peliano, 1993).

Qual o capital necessário para consolidar uma propriedade de tipo familiar, segundo o padrão atual da agricultura? Estudos têm mostrado que um agricultor brasileiro moderno tem um capital médio investido de US\$ 40 mil, enquanto um agricultor similar europeu tem cerca de US\$ 1 milhão. Na Europa, o Estado subsidia o familiar, seja via preços mínimos, seja através de financiamentos a preços compatíveis para a capitalização da propriedade. No Brasil, em que pesem os esforços de diversos setores (cooperativas, associações, agências de fomento, sindicatos), os recursos para capitalização não priorizam a produção familiar, já que não há financiamentos e, quando há, os juros são muito altos.

Esta situação tem redundado em uma maior dependência dos fatores climáticos dada a impossibilidade de investimentos em irrigação, poços artesianos, melhoria genética, manejo adequado dos recursos naturais, etc. Apesar de todos os problemas, muitos produtores familiares continuam a produzir, mais por “teimosia” e/ou por não terem “outra alternativa” do que opção própria. São esses mesmos agricultores que vivem a experiência do abandono da atividade por parte dos filhos (principalmente filhas), ao mesmo tempo em que envelhecem sem a garantia de reprodução e, portanto, sem sonhos para sua velhice, conforme mostram diagnósticos no Paraná e no Rio Grande do Sul, corroborados pelos dados censitários. A aposentadoria rural, neste contexto, desempenha uma função importante de retenção de população no meio rural e, em alguns casos, é condição da reprodução da agricultura de subsistência.

O aumento da criminalidade no meio rural é mais uma das dificuldades pelas quais passam os agricultores familiares. Na região das Missões (noroeste do Rio Grande do Sul), o furto nas propriedades rurais (pequenas e grandes), antes restrito a pequeno número de animais (abigeato costumeiro ou famélico de longa data praticado nessa região), tem cedido lugar a freqüentes assaltos a mão armada, com roubo de animais, máquinas ou mesmo utensílios domésticos.

Diante desse quadro, as razões da permanência dos agricultores familiares na atividade se explicam não somente por motivos materiais, mas também subjetivos, que atribuem significado à sua existência e ao futuro, garan-

tindo, assim, a coerência de sua identidade. Tal argumentação tem maior relevância para explicar a permanência das mulheres nesse meio,¹⁰ bem como o interesse dos jovens em reproduzir a identidade de seus pais e avós. Não se está aqui propondo uma nova idilização mistificadora do rural como lugar de sofrimento, de violência, de rusticidade, de descaso em substituição ao que se considera um lugar de paz, de inocência, de bondade, de solidariedade. O que se busca pontuar é a importância da análise sobre as razões pelas quais os indivíduos ou os grupos sociais constroem sua identidade de agricultores ou estabelecem rupturas com essa identidade, pois o meio social rural é também um espaço produto e produtor de necessidades subjetivas, de satisfação cultural ou simbólica, de relações complexas, enfim um lugar de existência humana.

DESENVOLVIMENTO RURAL E LUTAS SOCIAIS

Os colonos que migraram para o Sul do Brasil, como mencionamos anteriormente, já tinham incorporado a noção de trabalho como valor ético central, o que os distinguiu dos latifundiários, fazendeiros, caboclos e índios. Não eram, porém, comandados pelo tempo, como regulador do trabalho. Não eram coagidos pela determinação da produtividade, que acompanha a adoção das tecnologias modernas. Por isso, para melhorar a qualidade de vida dependiam do tempo de trabalho (“trabalhar de sol a sol!”) ou de mais trabalhadores. Por isso as famílias tendiam a ser numerosas.

O progresso técnico (ou modernização) da agricultura, a partir da década de 50, introduziu a noção de produtividade, de intensidade do trabalho. O trabalho se tornou mercadoria e passou a ser mensurado pelo tempo, pelo relógio. Compra-se e vende-se tempo de trabalho. O valor da mercadoria subordinado ao tempo que se gasta para produzi-la induz a adoção de tecnologias poupadoras de trabalho ou de tempo. Tal mudança significa ruptura com a concepção tradicional baseada na relação direta entre trabalho e produção. O tempo é agora guilhotina e liberdade. O trabalho, no entanto, continua sendo centralidade ética e condição de inclusão/exclusão social, condição cidadã.

A noção de qualidade de vida, recentemente enfatizada, possui enfoques diferentes. O senso dominante vincula-a à sociedade de consumo, como capacidade de acesso a bens produzidos com tecnologias modernas. Pensamos que esta concepção é seletiva e excludente. No caso da população do meio rural brasileiro, a grande maioria estaria ou excluída ou fracamente incluída nesta sociedade “globalizada”. Propomos uma outra ótica, que possibilite resgatar o saber e as tradições dos atores sociais deste

determinismo, tratando-o como um conceito “situacional”, cujo sentido maior é dado por quem o define. Esta concepção possibilita a inclusão de projetos e hábitos culturais, circunscreve-se ao âmbito local e diz respeito à identidade. Aos poucos, o significado da vida social e da relação homem-natureza se redefine na direção da retomada do controle do tempo, do “seu” tempo, e do gerenciamento pelos critérios de “qualidade” e de durabilidade. Sob esta dimensão, o desenvolvimento sustentável (ou “durável”) é perfeitamente adequado à experiência histórica da agricultura familiar. Por isso, esta forma social apresenta condições favoráveis para responder com eficácia e rapidez a este novo desafio (Almeida e Navarro, 1997). Desta perspectiva, é perfeitamente viável incluir tanto o agricultor familiar moderno quanto o de subsistência, aqui denominado de modelo caboclo, em programas de desenvolvimento que resgatem a condição humana de criação e participação social, com a identidade específica de quem é também produtor.

As experiências em agricultura sustentável que vêm sendo postas em prática, enquanto tentativas de superar o padrão dominante de desenvolvimento, constituem-se em oportunidades novas para parcela dos agricultores familiares. As experiências, embora limitadas a um reduzido número de agricultores individuais ou associados, demonstram sua viabilidade e consolidam-se pela aceitação crescente dos produtos agroecológicos pelo mercado (Almeida e Navarro, 1997). Por isso, a agricultura sustentável apresenta-se como alternativa diante da mudança do modelo tecnológico e do consumidor, mesmo que os produtos sejam tradicionais. Seu caráter inovador e sua eficácia representam, por si só, uma crítica ao modelo de desenvolvimento convencional, mas são ainda insuficientes como contestação e para tornarem esta experiência uma alternativa global ao modelo predominante.

Uma leitura aprofundada da evolução no tempo (formação histórica e experiências acumuladas) e no espaço (organização e reivindicações explícitas e implícitas) das manifestações e lutas ajuda a entender melhor esta região, bem como a formular políticas governamentais e estratégias de desenvolvimento.

Algumas iniciativas, ainda que tímidas em relação à amplitude das necessidades e com excesso de “dirigismo” político, buscam responder parte das demandas dos agricultores, tais como: a agilização do Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar, criado em junho de 1996, pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento – e do Pró-Rural 2000 (programa voltado para agricultores pobres com terra, já implantado no Paraná e em Santa Catarina e em vias de implantação no Rio Grande do Sul); a criação de seguro agrícola independente de financiamento; e melhor acesso a serviços.

O Pronaf, apesar de ser insuficiente para responder às necessidades dos agricultores familiares, de funcionar precariamente, de não definir claramente a disponibilidade e as condições de acesso aos recursos, representa por si só um avanço importante no sentido de expressar o reconhecimento formal da “agricultura familiar”, distinguindo-a da “patronal”. O programa estabelece quatro linhas de ação específicas para o setor: negociação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios; financiamento da produção; e capacitação e profissionalização dos agricultores familiares.

Em Santa Catarina, até janeiro de 1997, apenas 31 municípios haviam elaborado o PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, requisito para a habilitação aos recursos do Pronaf. Um dos problemas para a operacionalização do programa naquele estado seria o pouco envolvimento das Cooperativas de Crédito Rural – Credis. Para contornar essa situação, seria necessário alterar a legislação, de modo a possibilitar a captação de recursos junto ao Tesouro Nacional. Atualmente, os recursos para os projetos têm de ser captados junto ao BNDES, com tímido envolvimento do sistema financeiro, inclusive dos bancos oficiais (Búrigo, 1997). Outra dificuldade é o não reconhecimento de projetos encaminhados – por exemplo, ao BRDE – por associações de agricultores, já que este banco exige que os valores sejam superiores a R\$ 5.000,00 – com o que se excluem os que mais necessitam.

Um aspecto importante da afirmação dos agricultores são suas iniciativas de pressão junto ao poder público, realizando ações de impacto junto à opinião pública. Tal presença é indicativa de mudanças nos conceitos de rural e de desenvolvimento rural, ampliam-se a noção e, portanto, demandas e oportunidades. Assim, por exemplo, além da produção agropecuária, outras rendas não agrárias têm importância crescente na composição do orçamento dos agricultores familiares (Schneider, 1995) como estratégia complementar para a reprodução ou a melhoria da qualidade de vida, ou ainda como enfrentamento de situações de crise.

A idéia de desenvolvimento rural “recriada” considera que o agricultor e demais atores deste meio não são apenas produtores de mercadorias ou de alimentos, mas são cidadãos de uma sociedade complexa e aberta, com inúmeras possibilidades de empreendimentos e de iniciativas e com direitos à qualidade de vida e de participação social e política em âmbito local – que, aliás, sempre exerceram –, mas também em âmbitos regional e nacional. Estes conquistam espaço, progressivamente, através de ocupações das praças das cidades, de acampamentos no centro público das sociedades locais e das capitais, de

ocupações simbólicas do Banco do Brasil, de caminhadas em direção às capitais às quais se associam outras categorias e, finalmente, de ocupações/invasões das sedes de órgãos públicos regionais e nacionais – secretarias de Estado, ministérios, Incra, Parlamentos. Este processo de afirmação de categorias historicamente deixadas à margem – como agricultores familiares, posseiros, sem terra e assalariados rurais – e de resistência de categorias produtivas em processo de perda de influência e de poder de barganha – como arroteiros e pecuaristas – revela a presença de novos atores em disputa no cenário da sociedade global brasileira.

No Rio Grande do Sul, o governo vem esboçando um plano de desenvolvimento para a metade sul, mas restringindo o debate à esfera oficial, evitando, assim, que se converta em questão estadual. A transparência e abertura certamente levariam a análises mais críticas, que poderiam comprometer a estrutura fundiária vigente, os sistemas de produção e a organização social daquela região. Para lá são canalizados recursos públicos desproporcionais comparativamente àqueles destinados a outras regiões ou a outros produtos e não há um comprometimento com transformações globais. O conservadorismo e paralisia desta região se devem, em parte, ao paternalismo que a cerca historicamente, inibindo iniciativas de transformações estruturais e culturais. A presença desta região no cenário político foi e continua sendo maior que sua importância econômica e social no cenário estadual.

Em síntese, as reivindicações e desafios do meio rural do sul exprimem um processo de transformação social, marcado por conflitos e lutas que acompanham toda a formação social e econômica da região, como bem mostram alguns exemplos paradigmáticos: o das Missões (século XVIII), amplamente conhecido, o dos Muckers (Rio Grande do Sul, 1868-1874), o do Contestado (1912-1916), e o do Levante de 57. Destaca-se também a disputa cotidiana, com muitas escaramuças e banditismo social, entre colonos imigrantes que produzem para o mercado e os caboclos que produzem para a própria subsistência. Recentemente, os conflitos envolvem agricultores familiares e o estado, na disputa pela valorização do trabalho (preços e crédito) e pelo acesso à terra, fazendo do sul vanguarda na retomada destas lutas e berço do MST no início da década de 80.

Na luta pela terra hoje, destacam-se os projetos de assentamentos através da reforma agrária como possibilidades estratégicas de permanência na terra e de desenvolvimento de novas formas de produção e de organização social e econômica. Entre estas estão as associações de agricultores, ou condomínios rurais, que possibilitam enfrentar situações novas como, por exemplo, ganhar escala de produção ou de comercialização, enfrentar difi-

culdades, etc., de forma solidária e cooperativa. Tais iniciativas indicam a criação de novos espaços e de instâncias de socialização do trabalho e da vida. Desta perspectiva analítica, a reforma agrária se constituiria numa interface perturbadora de interesses oligárquicos e geradora de profundas transformações nas relações, alianças, conflitos, contradições, enfim, no fazer social. As transformações estruturais que necessariamente a acompanham geram novas referências valorativas e de sociabilização, de sonhos e idéias de futuro.

Para grande parte da população envolvida com atividade rural, as transformações estruturais das últimas décadas ameaçam a reprodutibilidade, ao engendram um processo seletivo de inclusão/exclusão que aumenta os contrastes e diferenças sociais e econômicas em seu interior. Outra parcela dessa população busca alternativas que ofereçam soluções para os problemas relativos à sua reprodução social, garantindo melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida e respeito às identidades e aos direitos de cidadania.

NOTAS

E-mail dos autores: ivaldo@vortex.ufrgs.br e bica@vortex.ufrgs.br

1. O Levante foi o ápice de três décadas de conflitos pela terra. De um lado, encontravam-se empresas colonizadoras apoiadas pelo governo Lupion; de outro, agricultores familiares (colonos e posseiros), pressionados por ameaças, assassinatos, extermínio de famílias, incêndio de instalações, etc. a (re)comprarem as terras. A vitória dos agricultores legitimou a permanência de todos, sem seleção. Já foi objeto de diversos estudos, entre outros: Abramovay (1981) e Boneti (1988).
2. Expulsos, foram para as "terras devolutas", cobertas de mata nativa, e passaram a competir, em condições desiguais, com os indígenas e com os colonos imigrantes, que tinham a missão de substituir com seu trabalho a mata (inimiga natural) e tudo o que nela vivia, inclusive os caboclos, por lavouras e animais domesticados.
3. O "sistema de faxinal" é um sistema de produção que integra-se às matas nativas, mantendo parte destas para uso e criatório comuns, combinado com pequena área destinada para cada família residir e cultivar.
4. Uma "colônia" equivalia a 25 hectares.
5. Há nichos de um e de outro modelo no interior dos dominantes. Assim, a região de Vacaria, no norte, foi ocupada por fazendeiros de gado extensivos e que estão se diversificando com a cultura da maçã. Na região de Pelotas, no sul, implantou-se agricultura familiar dedicada a fruticulturas: pêssego, morangueiros, amendoim, etc.
6. "(...) transformar estes agricultores semi-autônomos em produtores/consumidores. Estimulados por uma política agrícola planejada e enquadrados numa profissão bem determinada, estes camponeses não terão outra escolha, se não quiserem desaparecer, que se integrem na economia de mercado, se 'industrializar' e tornarem-se empresários" (Lamarche, 1994:2).
7. O estudo em que nos referendamos (FEE, 1997) não discrimina a indústria segundo o ramo. Os dados das tabelas aqui apresentadas e outras fontes revelam que o ramo agroindustrial teve crescimento superior ao da média setorial industrial.
8. Somente 3% dos produtores vendem mais de 100 litros/dia.

9. Um fenômeno curioso verificado nos últimos anos é a substituição do tradicional e costumeiro contrabando de bovinos e ovinos, nas fronteiras com a Argentina e o Uruguai, pelo de frango, principalmente para o Uruguai, sustentando um mercado clandestino e alimentando uma "cultura" de fronteira de transgressão de regras nacionais.

10. A partir do debate sobre os direitos específicos das mulheres agricultoras, criou-se o MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em agosto de 1989. Atualmente, estima-se que dele participem cerca de 20 mil mulheres (Navarro, 1996:36-39).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP/FFLCH, 1981.
- ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (orgs.). *Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p.33-55.
- BONETI, L. *O significado histórico do levante armado dos colonos do sudoeste do Paraná ocorrido em 1957*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS/IFCH, 1988.
- BÚRIGO, F.L. *Verbas do Pronaf via Cooperativas de Crédito Rural: dinheiro público para interesse público*. Florianópolis, PPG Agroecossistemas/ UFSC, 1997 (mimeo).
- COSTA, R.H. da. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- DESER – Departamento Sindical de Estudos Rurais. *Boletim Conjuntura Agrícola*. Curitiba, Deser, 1994 a 1997, n. 51, 52, 56, 58, 62, 66, 71, 72 e 77.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. *Agropecuária do Rio Grande do Sul 1985 – 1995 – a caminho da eficiência?* Porto Alegre, 1997.
- GEHLEN, I. "Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do Sul." *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.6, 1994, p.154-176.
- JEAN, B. "A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna". *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.6, 1994, p.51-75.
- LAMARCHE, H. "Análises da empresa agrícola ou industrial". In: ASSOCIATION DES RURALISTES FRANÇAIS. *Le monde rural et les sciences sociales: omission ou fascination?* 19ème Colloque, Paris, 1994 (tradução livre).
- NAVARRO, Z. "Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990". In: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- _____. *Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil)*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996 (GT 17: Processos sociais agrários).
- PELIANO, A.M.T.M. (coord.). *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília, Ipea, 1993. (Documento de Política, 14).
- SCHNEIDER, S. "As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial". *Ensaios FEE*. Porto Alegre, ano 16, n.1, 1995, p.105-129.
- SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, Unicamp/IE, 1996.
- VEIGA, A. "A agricultura e o processo político: o caso brasileiro". *Revista de Economia Rural*. Brasília, v.23, n.2, p.189-234, abr-jun. 1985.
- WILKINSON, J. "Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil". *Políticas Agrícolas*. México, ano 2, v.2, n.1, 1996, p.101-135.
- ZERO HORA. *Indústria da carne clandestina*. Porto Alegre, 18 a 21 mai. 1997 (série de reportagens sobre abate clandestino no Rio Grande do Sul).